

# SENTIDOS SOBRE A FRONTEIRA NOS DISCURSOS REGIONAL, NACIONAL E GLOBAL<sup>1</sup>

Aline Pegoraro  
Valesca Brasil Irala (orientadora)

**Resumo:** Este trabalho busca compreender alguns sentidos atribuídos ao discurso sobre a fronteira. Esses discursos são aqui tratados a partir de um ponto de vista regional, nacional e global. Para isso a pesquisa se efetiva com ênfase em um suporte teórico que compreende questões de globalização, identidade e alteridade, entre outras teorias que contribuem para a realização deste trabalho. O *corpus* se constitui de propagandas publicitárias da instituição financeira HSBC, do decreto que regulamenta as relações fronteiriças Brasil-Uruguai e de entrevistas semi-estruturadas com moradores da fronteira, realizadas pela pesquisadora Silvia Etel Gutiérrez Botarro. É importante e indispensável pensar a fronteira nesses três âmbitos, pois os mesmos se complementam e se contradizem, apresentam diferentes óticas, mas ao mesmo tempo possuem como eixo central as populações desses locais, onde se instala o chamado “território fronteiriço”.

**Palavras chave:** Fronteira, globalização, legislação, identidade.

## **Introdução:**

Este trabalho consiste em problematizar os deslizamentos de sentidos relacionados à “fronteira”, não só por envolver uma grande parcela de população, mas também pela nova orientação política que está sendo direcionada sobre essa questão. Esse tema tem sido objeto de pesquisa em diferentes áreas de estudo, o que instiga uma inquietação muito particular acerca do tema, já que vem sendo frequentemente abordado sob a luz de diferentes perspectivas teóricas. O propósito deste trabalho é sugerir lineamentos relevantes para o estudo da “fronteira”, portanto, é possível afirmar ainda que precocemente, com base nas pesquisas realizadas, que, não existe uma relação de sinonímia entre “limite” e “fronteira”, e sob esse aspecto será direcionada maior atenção no transcorrer do trabalho.

É necessário apontar breves direcionamentos que deverão ser compreendidos ao longo deste trabalho. Buscarei problematizar três perspectivas diferentes no que se refere à “fronteira”: internacional, nacional, e regional, as quais se relacionam entre si. Nesse sentido, é preciso “tomar a fronteira como conceito possibilitador para se encontrar novos sujeitos, novas construções, novas percepções de mundo”

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Graduada em Letras Português\ Espanhol e respectivas literaturas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

(PESAVENTO, 2002, p.37). Espero neste trabalho poder contribuir para um novo olhar em relação à fronteira em razão dos três discursos que se seguem: global, nacional e local, e mais especificamente, aos sujeitos relacionados a esses discursos da fronteira.

O estudo está dividido em três partes: em um primeiro momento pretendo nomear as três perspectivas referentes à temática da fronteira. Sendo assim, sob um ponto de vista internacional, a “fronteira” será tratada a partir do discurso da globalização, tomando como *corpus* a análise de uma campanha publicitária da instituição financeira HSBC.

Para um segundo momento, irei focalizar a “fronteira” a partir de um ponto de vista nacional, ao abordar alguns pontos presentes nos documentos oficiais referentes ao denominado “Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004”, em vigor nas fronteiras Brasil-Uruguai. Para tanto, é necessário compreender como a legislação brasileira (e também a uruguaia, neste caso) delibera sobre as questões fronteiriças e a relação dessa deliberação para as populações habitantes dessas áreas.

No terceiro e último momento, tratarei a “fronteira” a partir de um ponto de vista regional. Para isso buscarei apresentar uma perspectiva que aponta para a compreensão de questões vinculadas à entrevistas realizadas com moradores da fronteira Brasil-Uruguai (Santana do Livramento - Rivera) e as relações de irmandade e miscigenação cultural entre os povos dos países vizinhos presentes nos discursos desses moradores. É importante salientar também que me localizo em uma região de fronteira com o Uruguai, sendo possível presenciar *in loco* as relações fronteiriças.

A “fronteira” representa muito mais do que o limite ou a linha divisória entre territórios, representa também uma conexão de interesses políticos, econômicos e culturais que se estabelecem e se contradizem. A existência de articulação de valores culturais entre diferentes territórios implica uma miscigenação lingüístico-cultural entre os povos habitantes desses locais, ocasionando assim a chamada “cultura de fronteira”. É necessário também fazer alusão à criação do MERCOSUL e suas implicações sobre essas questões.

### **Discurso Internacional sobre a “fronteira”: efeitos da globalização**

Para discutir a fronteira em âmbito internacional, é necessário abordar alguns conceitos que me parecem fundamentais. Partindo de alguns estudos já realizados, buscarei neste primeiro momento abordar brevemente questões trazidas pela

Geopolítica, a fim de tornar compreensíveis os efeitos da globalização que incidem sobre a fronteira.

Com o intuito de definir melhor essa noção, menciono Orlandi (2002, p.97-98), a qual define globalização como um “fato político, econômico e mediático”, um “sub-produto” de “efeito pragmático da noção de universal”. A partir dessa definição, podemos pensar na imbricação da globalização com os meios de comunicação de massa e a influência que os eles possuem sobre o mundo contemporâneo. A fronteira é caracterizada por ser um local de contatos e fluxos populacionais; sendo sobretudo desse modo que os meios de comunicação estabelecem relação direta com a fronteira, reforçando a idéia de fácil mobilidade, principalmente entre as relações econômicas que se estabelecem.

Quanto às terminologias utilizadas, Haesbart e Limonad, definem a globalização “antes de tudo como um produto da expansão cada vez mais ampliada do capitalismo e da sociedade de consumo”, porém salientam também que “a idéia de globalização, no fim do século XX, remete de imediato a uma imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial” (HAESBART e LIMONAD, 2007, p. 40). Nesse sentido, é citado o surgimento de outro termo, mundialização, mais utilizado quando se está referindo a processos de origem cultural<sup>2</sup>.

Nesse sentido, Bauman (1998, p.80) tematiza as consequências humanas da globalização e define esse conceito a luz de suas considerações: “Em seu significado mais profundo, a idéia expressa o caráter indeterminado, ingovernável e autopropulsor dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, um local de controle, um diretório, uma gerência geral”<sup>3</sup>. O autor transmite a idéia de uma indisciplina e a falta de um centro de controle organizado, por isso há a formação de blocos político-econômicos, que trabalham em prol de uma melhoria baseada na Economia.

Sob esse direcionamento, o autor coloca a globalização em um pólo oposto à idéia de universalização<sup>4</sup>, que antes era constitutiva de todo discurso moderno que se referisse a termos globais. O autor afirma que o conceito de universalização se estendia às mudanças em uma dimensão global e essa abarcava a todos: “[...] Sua intenção é criar

---

<sup>2</sup> As terminologias globalização e mundialização são apresentadas por Haesbart e Limonad para uma simples distinção de terminologias. No Brasil, preferiu-se utilizar o termo globalização. Dessa forma, enfatizam que “alguns autores diferenciam globalização - referida mais aos processos econômico-tecnológicos, e mundialização - referida mais aos processos de ordem cultural” (p.41).

<sup>3</sup> Tradução minha.

<sup>4</sup> Termo usado por Bauman em “La globalización: consecuencias humanas”. Esse termo entrou em desuso, não sendo mais usado atualmente, nem mesmo na área da Filosofia, onde se originou.

condições de vida similares para todos; em todas as partes, de dar a todos as mesmas oportunidades e talvez criar a igualdade” (ibid., p.81)<sup>5</sup>.

É importante salientar tal consideração em virtude da necessidade de discutir os possíveis e imensuráveis efeitos da globalização, ressaltando que é ainda um processo em desenvolvimento, difundindo efeitos sobre a população. Não é possível tratar de globalização de maneira uniforme quando se subentende que a globalização não afeta a todos igualmente, principalmente quando nos referimos às regiões menos favorecidas economicamente. Nesses casos, é possível perceber que “o brilho e o glamour da globalização” (AZEVEDO, 2010, s/p) não é estendido a todos.

Quando menciono a importância de um breve conhecimento acerca de Geopolítica para compreender questões relacionadas à fronteira, estou me referindo ao fato de que o objeto da Geopolítica é a reconstituição de um novo entendimento que não concerne somente no fato de “fronteira” como sinônimo de limite, extremidade, delimitação. Essas são definições dadas pela Geografia, mas a Geopolítica utiliza-se disso para promover novas discussões e novos olhares em torno dessa questão, não sendo somente resultado de delimitações precárias realizadas em períodos de guerras.

A criação dessa forma de limitar, de definir onde é território de um e de outro é uma prática muito remota que se estabelecia entre as populações. Leenhardt trata brevemente do surgimento das primeiras fronteiras:

Até o fim do século XVIII existem, no Pirineus, aquilo que se chama *faceries*, acordos entre comunidades de pastores de espanhóis e franceses que, no espaço delimitado de um vale, autorizam a pastagem dos rebanhos, do levantar ao pôr-do-sol, de um lado e de outro da fronteira representada pelo regato que corre ao fundo (LEENHARDT, 2002, p.28).

No princípio, as fronteiras foram criadas com o intuito de delimitar territórios, estabelecer marcos que deveriam ser respeitados. No entanto, no mundo contemporâneo, perpassado pelo discurso da globalização, têm-se novas concepções sobre a fronteira e um verdadeiro paradoxo quando se utiliza a terminologia “fronteira” e “limite” como sinônimos. Como mencionado, a fronteira geográfica se configura sob um prisma que constitui uma relação contraditória com a noção de limite, sendo “o limite constantemente compreendido como o fim de um território, enquanto a fronteira é tomada como o início” (ROSA, 2009, p.37). Na verdade, entre a mobilidade das

---

<sup>5</sup> Tradução minha.

fronteiras e a fixidez dos limites impera uma questão muito mais complexa no que se refere à organização do Estado.

Sob a ótica de uma abordagem geopolítica, a fronteira é tratada como algo que tem sido fortemente marcado a partir do século XIX. Quando se começa a mencionar processos de globalização, surge a necessidade do crescimento do comércio mundial e por isso a demarcação precisa de territórios. Porém, para o atual processo de globalização, a existência dos limites internacionais já não são relevantes, o que de fato tem importância, é a remoção ou redução desses limites, pois esses representam uma facilitação econômica, social e mercantil.<sup>6</sup>

Nesse mesmo trabalho, a autora faz alusão o surgimento generalizado das fronteiras, onde tal situação só teria começado a acentuar-se no século XIX, e afirma que:

“Uma das razões principais [...] seria a pouca importância de negócios realizados em escala internacional. Havia locais de inspeção, onde as mercadorias podiam ser examinadas para efeito de tarifas. Teria sido a necessidade de ajustar as relações entre os Estados e ao crescimento do comércio mundial o motivo principal para a demarcação exata dos territórios.”<sup>7</sup>  
(STEIMAN, 2002, p. 10)

Em tempos remotos, alguns estudiosos<sup>8</sup> já destacavam o capitalismo por um caráter globalizador, porém desde os primórdios, o surgimento e o processo de desenvolvimento da globalização nem sempre ocorreu de forma pacata, pois houve também fases de aceleração e retardação, ocasionando neste período recente, estar “cada vez mais subordinados aos imperativos do capital financeiro e dos fluxos mercantis e financeiros das grandes corporações transnacionais” (HAESBART e LIMONAD, 2007, p. 41).

Haesbart e Limonad propõem também a necessidade de se apropriar de conceitos de territorialização para a compreensão de globalização e fronteira. Para tanto, assinalo duas dimensões propostas, primeiro “uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social”(ibid.,

---

<sup>6</sup> Steiman (2002) faz essa compreensão em virtude de que às novas políticas buscam a formação de blocos econômicos; assim, quanto menores forem os limites, haverá também redução de processos burocráticos.

<sup>7</sup> Para tratar do surgimento das fronteiras, Steiman menciona Globet (1934), pois o autor alude às organizações estatais e a definição das áreas de jurisdição.

<sup>8</sup> Haesbart e Limonad (2007) apresentam as idéias de Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto Comunista, em que os mesmos já destacavam o caráter globalizador do capitalismo em decorrência de sua exacerbada expansão.

p.49). Neste momento, detenho-me na questão ligada ao capital financeiro, no qual entende-se que há um controle rígido de territórios, principalmente nas fronteiras onde há um controle do fluxo migratório.

Nesse sentido, o território pode estar vinculado ao controle das fronteiras em esfera econômica, estabelecendo restrições para a circulação e consumo. Dessa maneira,

[...] pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. Assim, teríamos desde os territórios mais abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados ou redificados, até aqueles mais fechados, quase impermeáveis (HAESBART e LIMONAD, 2007, p. 49).

As breves noções até então abordadas sobre territorialidades, geografia, política, globalização e mercantilização se fizeram necessárias para compreender as questões subjacentes à globalização e os possíveis reflexos sobre a fronteira a partir do discurso internacional. As limitações deste trabalho não permitem aprofundar mais essas questões, porém é de fácil percepção que esse tema abrange diferentes áreas de conhecimento e que a globalização perpassa a rediscussão sobre as fronteiras econômicas, promovendo o discurso de uma maior mobilidade entre nações.

### **Discurso nacional sobre a fronteira: os documentos oficiais**

Para discutir a fronteira sob essa instância, direcionarei maior atenção ao compreender algumas questões voltadas à Legislação Brasileira no que concerne à área de fronteira. Para tanto, irei me deter em questões de ordem político-jurídica vigentes em território brasileiro (e no caso específico, também no uruguaio) e, a partir disso, pensar nos sujeitos pertencentes a essas regiões.

Como sabemos, as fronteiras políticas têm sido tratadas frequentemente em diferentes instâncias. Assim, há muito tempo surgiu a necessidade de acordar entre os Estados uma maneira de demarcar territórios para a circulação do comércio mundial. Nesse sentido, os Estados necessitaram delinear territórios através de impedimentos político-jurídicos no intuito de delimitar o início e fim de extensões de terras e fazer vigorar sobre estes locais ordens que estarão sujeitas a punição, no caso de infrações da legislação.

Sob tal ponto de vista, como já tratado aqui anteriormente, há distinções entre fronteira e limite; porém, nesse caso, é possível dizer ainda de maneira precipitada que a fronteira em âmbito nacional faz analogia com a definição de limite, pois essa é uma

fronteira jurídica criada pelo Estado sem considerar diretamente os povos que nela habitam. Machado denomina isso como “marco de fronteira”<sup>9</sup>, pois “o *limite* não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira” (MACHADO, 1998, p.02).

O que se entende a partir disso é que as fronteiras nacionais, aqui no caso as brasileiras, são regidas por legislações específicas. Porém, antes da criação de uma legislação para a área de fronteira foi necessário determinar o limite: o “marco de fronteira” estabelecido entre o Brasil e os países vizinhos.

Nesse sentido, fica claro que o limite é uma linha divisória entre os territórios, já a fronteira compreende uma faixa, um espaço além do limite em direção ao centro dos territórios, sendo essa faixa de difícil delimitação, pois cada Estado pode definir esse espaço da maneira que lhe convier mais pertinente. Dessa forma, já que não há mais como assegurar qual será o entendimento de fronteira para o território vizinho, surge então há a necessidade de delimitar precisamente o limite entre ambos. Nessa acepção, Raddatz (2004) salienta que “sempre que se cruza à fronteira é preciso guiar-se pela lei de outro território, obedecer às normas nele vigentes” (ibid., p.03).

Sob tais conjunturas, entende-se que a faixa de fronteira é composta por uma área de cada lado do limite internacional, pois “na região fronteira, o contato está sujeito aos obstáculos jurídicos ou físicos que surgem como barreiras contrárias à circulação” (MOTA, 2010, p.20). Para corroborar com essa idéia, Aveiro (2006)<sup>10</sup> menciona que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil adota três distintos critérios referentes à fronteira. O primeiro estaria relacionado com o tratado, a negociação e o acerto jurídico dos “marcos de fronteira”. Em segundo lugar vem a demarcação, na qual normalmente são utilizados os marcos geográficos naturais, e, caso não hajam esses marcos, são criadas linhas artificiais. Por último, a caracterização, sendo que essa depende do fato de a faixa de fronteira possuir ou não ocupação territorial.

No início deste trabalho, foi mencionada a necessidade de compreender o MERCOSUL e sua estreita relação com as fronteiras, acordo firmado através do

---

<sup>9</sup> Esse termo “marco de fronteira” é utilizado por Machado (1998).

<sup>10</sup> Aveiro, 2006, dissertação de mestrado **Relações Brasil-Uruguai: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço.**

Tratado de Assunção em 1991<sup>11</sup>, onde o mesmo estabelecia uma facilitação do comércio de bens e serviços entre os países vizinhos: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai<sup>12</sup>. Porém, a partir disso, é possível refletir sobre a real função que o MERCOSUL está exercendo nessa suposta integração de fronteiras, ou seja, uma integração quase mecânica imposta às nações envolvidas.

Sob tal consideração, é importante destacar que o discurso integracionista apresentado pelos Estados Partes<sup>13</sup> está pautado basicamente em políticas integracionistas referentes unicamente ao mercado. O que se faz presente e relevante salientar é que a fronteira como sinônimo de limite continua existindo, um limite geográfico que “demarca o limite entre “nós” e “eles”” (MAIA e PASSAMANI, 2009, s/p). Há uma tentativa de integralização cultural impulsionada por questões econômicas estabelecidas entre os Estados Partes, que facilita um intercâmbio mercantil lucrativo para todos, porém há falta de um mecanismo que reorganize a estrutura econômica e política para que essas estejam aptas a integrações abrangentes.

Conforme já exposto, entende-se que nesse âmbito há uma consolidação do limite físico ou jurídico, considerados de extrema importância perante a legislação. A fronteira na legislação brasileira é tratada como uma região independente das demais que formam o território nacional, apresentando singularidades que a tornam peculiar, portanto com uma demanda real de criação de uma legislação específica para essa região. Em termos jurídicos, a Constituição Brasileira compreende como faixa de fronteira a dimensão de 150 (cento e cinquenta) Km da linha divisória<sup>14</sup> para o centro do território, sendo essa faixa de fronteira denominada zona fronteira.

É possível dizer que o “marco de fronteira” que limita a entrada ou saída de territórios é presente nas fronteiras do mundo todo. Temos as muralhas da China que começaram a ser construída por volta de 221 a.c. para conter invasões. A fronteira de Tijuana entre México e Estado Unidos, na tentativa de impedir a migração em massa, e mais atual, a fronteira em construção na Cisjordânia construída com o pretexto de proteger a população de ataques terroristas. Aqui o foco são as fronteiras brasileiras, as

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o Tratado de Assunção disponível em <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao>.

<sup>12</sup> Tratado de Assunção, artigo 1º <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao>

<sup>13</sup> Esse termo é utilizado no Tratado de Assunção para se referir aos países pertencentes ao MERCOSUL.

<sup>14</sup> Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980, regulamentada pela lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979. É assegurado no decreto que a faixa de fronteira é considerada área indispensável a segurança nacional sendo obrigação do Conselho de Segurança Nacional cuidar dessas questões.



quais não têm um marco físico de fronteira, mas estão amparadas por legislações específicas para proteger os territórios e inclusive evitar a migração ilegal.

O que se está problematizando com tudo isso é que as fronteiras existem já desde antes de Cristo, quando surgiram os povos e começaram as lutas por territórios. O que está sendo proposto aqui, ao pensar nas fronteiras em âmbito nacional, é uma tentativa de compreensão dos impedimentos interpostos à população fronteiriça a qual precisa conhecê-los para operacionalizar seus cotidianos.

### **Discurso regional sobre a fronteira: a identidade do sujeito fronteiriço**

Na perspectiva de um discurso regional, a fronteira será tratada aqui a partir de uma perspectiva que abre espaço para questões de identidade e alteridade. É a partir de tais considerações que a fronteira será abordada para a possibilidade do deslocamento, pensando na exterioridade do sujeito, de forma que se considera o meio lingüístico e cultural de hibridização em que esse sujeito se encontra.

Sob tal consideração, a fronteira neste momento será pensada sob questões que compreendem os limites geográficos do Rio Grande do Sul com os países limítrofes. As fronteiras gaúchas possuem um caráter peculiar, o que permite hoje uma estreita relação cultural e de hibridização lingüístico-cultural em muitas cidades situadas em região de fronteira. Nesse sentido, a fronteira é um lugar de hibridação lingüística, cultural e étnica, tanto que surge o portunhol<sup>15</sup>, o que indica o surgimento de uma língua híbrida. Ocorre assim, uma comunicação ampla e voluntária entre dois povos que vivem harmoniosamente nessas regiões.

Levantar as questões históricas é também levar em consideração que o Rio Grande do Sul está imerso em um espaço fronteiriço platino e que essa é uma região de extensas áreas territoriais e de um contexto histórico semelhante, pois compartilham uma história similar em determinado período. Sabe-se que o Estado do Rio Grande do Sul foi alvo de disputas entre portugueses e espanhóis, representando aos interessados grandes benefícios por estar localizado próximo à bacia platina, o que facilitaria o escoamento do comércio e facilitaria a criação de gado.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Sturza (2006, p.35) menciona o portunhol como “prática linguística derivada da mistura das línguas”, por isso denomino aqui como uma língua híbrida.

<sup>16</sup> Essas questões de interesses entre espanhóis e portugueses são tratadas por Padoin (2000), em seu trabalho “O espaço fronteiriço platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha”.

Portanto, para tratar dos habitantes há a necessidade de considerar o sujeito pelo viés da Análise do Discurso e da identidade, por isso menciono Orlandi (1999), pois compreende o sujeito

“atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário[...]. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”(ORLANDI 1999, p.49).

A língua que constitui o sujeito é sempre materialmente instituída pela ideologia. Esse sujeito exposto por Orlandi (ibid.), sujeito à história, reflete, no caso do fronteiriço, uma condição de atravessamento por uma língua que se “definiu” a partir de guerras e disputas em períodos passados, um sujeito que produz sentidos a partir de uma língua marcada pela história e ideologia.

No âmbito do discurso regional, não se pode tratar de fronteira sem mencionar a língua, pois é ela que dá vida à fronteira, permitindo que as relações se estabeleçam. Para tanto, as questões migratórias tornam-se relevantes quando se trata de identidade. As identidades lusitanas e hispânicas afloram nesse contexto de fronteira, já que estão presentes desde a colonização. Sabe-se também que no decorrer do tempo, a fronteira passa a diferenciar-se dos outros territórios e apresentar particularidades. Por isso, tem “como um dos elementos constitutivos a língua, denominada nessas localidades, em particular, como “portunhol”, que é diferenciado em cada um dos pontos de contato entre os países vizinhos” (MÜLLER 2002, p.226).

Faz-se importante mencionar a situação linguística em que está inserida a fronteira e o “portunhol” como referido anteriormente, pois Fernandes e Sturza (2009, p.216) compreendem as línguas de fronteira como “um espaço discursivo dual” no qual o sujeito irá oscilar entre uma e outra de acordo com seu interlocutor. “As línguas aí vão significar ao próprio lugar do dizer do enunciador fronteiriço, em que a escolha de uma ou outra língua, ou de ambas, tem sentidos políticos” (ibid.). As autoras ainda apontam o conceito de “tendência enunciativa” como “a recorrência de uma ou algumas estruturas lingüísticas que caracterizam uma forma de dizer de um discurso oral ou escrito” (ibid.).

Sturza (2006) salienta que as primeiras pesquisas linguísticas na fronteira iniciaram por volta de 1957, pelo linguista José Pedro Rona, o qual constatou em suas

pesquisas a presença de um dialeto resultado da mescla do português com o espanhol, denominando “dialecto fronterizo”. Fernandes e Sturza (2007, p.212) ainda ressaltam que o português e o espanhol vão funcionar na fronteira como “línguas próximas”, pois “ao estarem condicionadas à presença uma da outra, essas línguas se organizam politicamente para significarem a fronteira nos seus mais variados aspectos”.

Essas designações dadas por Rona nos anos 50 e Sturza em pesquisas atuais, se referem a uma mesma prática linguística de fronteira, porém com posições políticas e teóricas diferentes. O “portunhol”<sup>17</sup> pode ser entendido como uma passagem do português para o espanhol por estudantes brasileiros, porém não cabe ao contrário, sendo o “dialecto fronterizo” uma prática linguística que se estabelece na fronteira variando de acordo com cada situação fronteiriça. As definições desses dois termos não se restringem dessa forma ao que está aqui exposto, pois há diversas e contraditórias compreensões dessas questões.

Como já mencionado, não é possível falar de fronteira no discurso regional sem considerar os sujeitos desses locais. Porém, para tratar desses locais, retomo o que foi mencionado no discurso nacional: a ausência de sinonímia entre “limite” e “fronteira”. Neste momento, saliento essas questões para abordar o conceito de territorialidade. Se se considera a fronteira como um espaço peculiar, onde há vida e as relações se estabelecem, esse espaço se firma como um local. A fronteira mais uma vez não é sinônimo de delimitação, mas um espaço abrangente que admite a vivência de sujeitos de ambas as nacionalidades.

Ao falar de novos territórios, Haesbart e Limonad (2007, p.42) dizem que “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”. Utilizando-me desse conceito, o território pertinente à fronteira, como um espaço composto por outros elementos territoriais que o compõem, relacionado à esfera das questões políticas de ambos Estados – Nação, e simbólico, relacionado ao novo espaço formado pelas novas práticas cotidianas que ali se constituem, o que denomina Mota (2010) como “território fronteiriço”.

---

<sup>17</sup> Sturza (2006, p.122) aponta que o termo portunhol entendido como um processo de aprendizagem aparece em alguns discursos acadêmicos como os da linguística aplicada. “Designa uma prática linguística deficitária, uma passagem entre uma língua e outra, por isso nem uma língua nem outra. Nesse caso, não está significada por se constituir em uma relação entre línguas tal como ocorre com as línguas da fronteira”.

Para conceber a noção de territorialidade apontada por diversos pesquisadores, entre eles, Mota (ibid.), temos a noção de novas territorialidades, de forma que:

Ao considerarmos que a fronteira pode constituir uma zona, uma região, composta por uma parcela dos territórios de dois Estados diferentes, onde se estabelecem trocas diversas entre as populações de ambos, podemos pensar que estamos diante de formas de apropriação que conduzem ao estabelecimento de um novo território: **o território fronteiriço**. Nesse sentido, é importante tomar a noção de apropriação voltada ao simbólico, em que a relação dos sujeitos socialmente organizados com o espaço conflui para sua constituição. Assim, o sentido de apropriação, enquanto domínio torna-se menos evidente, embora não se apague completamente, pois os meios de regulação jurídico-políticos dos diferentes Estados continuam presentes e vigentes (MOTA, 2010, p.21).

Tais noções se aplicam a esses locais, pois ali se instaura um novo espaço que permite a existência de uma identidade híbrida atrelada a ideia de fronteira “direcionada para integração, à interface; relacionada, sobretudo, às trocas e fluxos estabelecidos que confluem para a constituição de uma região/zona”(ibid., p. 20).

Tratar de fronteira no discurso regional é considerar esse novo território emergente em espaço fronteiriço que se apresenta de forma singular, pois o mesmo é constituído por práticas identitárias que compreendem aspectos culturais e lingüísticos híbridos. No entanto, nesse âmbito, o “território fronteiriço” surge como um espaço geográfico impreciso, já que o mesmo é representado pelas práticas cotidianas dos habitantes locais e não dependem de delimitações jurídicas para acontecerem.

### **Metodologia:**

Antes de deter-me nos objetos de análise, não posso deixar de fazer determinadas considerações acerca de algumas leituras necessárias para o decorrer das análises. A fim de apontar um novo olhar para o deslizamento de sentido da palavra “fronteira”, dividirei em três recortes que compreendem a análise da campanha publicitária (discurso internacional), o documento das relações fronteiriças (discurso nacional) e as entrevistas realizadas com moradores fronteiriços (discurso regional). No entanto, para essas análises darei enfoque a partir de breves conhecimentos das abordagens enunciativa (Guimarães, 2006) e discursiva (Orlandi, 2002, 2009), como também de outras abordagens que poderão contribuir para o desenvolvimento do trabalho.

As análises se darão a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva pelo fato de que os *corpora* adotados são enunciados materializados na língua. Guimarães (2006, p. 121) aponta que “o enunciado é a frase quando considerada nas condições em que é dita”. Prioritariamente, nessas análises, o objetivo é ponderar sobre o meio nos quais são produzidos esses enunciados e como são produzidos, por isso farei menção também a Análise de Discurso para melhor tratar o que aqui é proposto. “Na análise do discurso, procura-se entender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2009, p.15).

Pode-se dizer que a Análise do Discurso representa a ciência dedicada a compreender “como um objeto simbólico produz sentido” (ORLANDI, 2009, p. 26), e para isso, o analista buscará compreender como se dá o funcionamento discursivo dos diferentes tipos de linguagem. Por isso, é preciso considerar que o sentido não se restringe somente à materialidade, pois todos teríamos a mesma compreensão se assim fosse (cf. Orlandi). Há outros aspectos que devem ser ponderados, como a historicidade, ideologia, memória e esquecimento, pois “as condições de produção de um enunciado envolvem o sujeito, a memória e a situação” (LAVVALL e SCHRODER, 2008 p.8). Para corroborar com essa noção, Orlandi (2009, p.30) menciona que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”.

“Percebemos que ao analisar o nível enunciativo estamos, por assim dizer, tendo acesso apenas à ponta do *iceberg*. É preciso considerar que todo o enunciado é denegação do interdiscurso. Logo, ao pensarmos em uma análise discursiva, buscamos nas marcas enunciativas a abertura necessária para acessar as questões discursivas, ou seja, mergulhar em busca do restante do *iceberg*. A AD sempre vai em busca do que o enunciado denega. Eis uma marca de diferença entre as regras do enunciado e as regras do discurso. O primeiro ‘oculta o diferente’; no segundo, lida-se com a opacidade.” (NECKEL 2000, p.6)

Para realizar uma análise de cunho enunciativo, ancoro-me nos aspectos lingüísticos do discurso, e, ao mesmo tempo, também disponho de subsídios teóricos discursivos que consideram as condições de produção de sentido desses discursos.

## **Resultados e discussões:**

### **a) Discurso Internacional sobre a “fronteira”**

Pelos subsídios teóricos da Análise do Discurso e da Semântica da Enunciação, bem como de outras teorias complementares, esta análise visa apresentar uma compreensão<sup>18</sup>, com base nos fundamentos das teorias apresentadas, buscando demonstrar as várias atribuições de sentido desse discurso da “fronteira” na campanha publicitária.

A primeira análise a ser realizada destina-se a discutir as imagens da campanha publicitária da instituição financeira HSBC. Tais imagens serão analisadas enquanto texto, na medida em que esta análise se enquadra em um modelo de análise imagética e visual sob a perspectiva da Análise do Discurso, para a compreensão do verbal e não-verbal<sup>19</sup>. As teorias aqui mencionadas serão tratadas superficialmente, já que este trabalho não se destina a expor detalhadamente tais teorias, mas a vislumbrar como elas estão presentes no objeto de análise.

Souza (1998) propõe uma leitura da imagem de forma que ela pode tanto ser compreendida por si só, como apresentar-se em uma relação de complementaridade com a linguagem verbal, como no caso aqui exposto. Ao considerar que a imagem transmite informações, ela se constitui como texto e por isso “falar dos modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem, procurando entender tanto como ela se constitui em discurso, quanto como ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais”<sup>20</sup> (SOUZA, 1998, s/p).

Ainda sob o mesmo direcionamento, é importante salientar que o trabalho de análise da imagem buscará de antemão saberes relacionados ao meio social, a interpretar os implícitos, bem como na interpretação verbal, como também “revelar de que forma a relação imagem/interpretação vem sendo "administrada" em várias instâncias” (SOUZA, 1998, s/p).

Como é possível perceber nas imagens a seguir, o discurso não-verbal, juntamente com o verbal, operam significativamente na compreensão dos inúmeros sentidos que podem ser atribuídos à palavra “fronteira”. Sobre o discurso verbal, Motta (2009, s/p) menciona que “o texto é um produto de um processo e como tal tem um fim,

---

<sup>18</sup> Opta-se por “compreensão” em vez de “interpretação”, pois Orlandi (2009, p. 26), menciona que “quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto”.

<sup>19</sup> Souza (1998) menciona Orlandi (1993), em “Os efeitos do verbal sobre o não-verbal”, onde tais definições podem ser encontradas e melhor esclarecidas.

<sup>20</sup> Para tratar de significação Souza (1998) aponta Frege as distinções entre sentido e referência apresentados pelo mesmo.

não é neutro em sua materialidade”. Referente a essas questões pode-se dizer que ambos os discursos agem concomitantemente no processo de significação.

Para corroborar com as noções acima apresentadas, saliento superficialmente a Semiótica por apresentar-se como a ciência que se ocupa de explorar a linguagem não-verbal. O estudo da campanha publicitária produzido pelo discurso verbal e não-verbal possibilita uma análise de ambos os discursos, já que se considera a imagem como texto. A intenção é estabelecer relações entre a Semiótica e a Análise do Discurso, para que juntas possam dar sentido às análises produzidas pelo texto midiático analisado<sup>21</sup>.

De acordo com o mencionado, saliento que a campanha publicitária a ser analisada apresenta peculiaridades no sentido de que as imagens fotografadas são *banners* de 1.50cm/0.90cm aproximadamente, localizadas acima da escadaria de entrada de um Pier<sup>22</sup> em Buenos Aires. Essas escadas dão acesso ao departamento responsável pelas migrações, estando uma das imagens fixadas justamente acima do letreiro de identificação departamento migratório.



Figura 1 – O setor de “Migraciones” e a propaganda do HSBC

A discussão a ser problematizada é exatamente essa: que sentidos produzem uma campanha publicitária que possui como tema “imagine um mundo sin fronteras”, em que tais imagens estão fixadas justamente em um local onde a fronteira existe simbolicamente, burocratiza e dificulta o fluxo das pessoas?

---

<sup>21</sup> Parto do trabalho de Eliana Cristina Pereira dos Santos, “Imagético e Discursivo: uma análise da capa da revista Nova Escola”, na qual a autora apresenta a possibilidade de um cruzamento entre a teoria da semiótica e a análise do discurso. Revista Linguagem 2009, disponível em [www.lettras.ufscar.br/linguasagem](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem), acesso em 02\04\2011.

<sup>22</sup> Pier é compreendido aqui como o local onde turistas e viajantes em geral se deslocam de barco da Argentina para diferentes cidades do Uruguai.



Figura 2 – Banner do HSBC – “O tango”<sup>23</sup>

A saliência de determinadas características, como na Figura 2; duas pessoas dançando, o modo gestual como estão posicionados, a roupa da mulher similar a um vestido de festas e o penteado no cabelo, entende-se que estejam dançando tango, dança típica argentina. Já o homem não parece estar adequado a um dançarino de tango, está de calça jeans e um casaco simples. Essas características permitem dizer que esse homem é um turista/viajante que talvez em uma viagem a Buenos Aires tenha procurado uma aula de dança para aprender tango.

Atrás do casal dançando, há imagens de pessoas assistindo, como se fosse uma demonstração de tango na rua, apresentações típicas em algumas cidades argentinas. As pessoas que aparentam estar atrás do casal são na verdade pinturas em quadros. O que ocorre na cena é um simulacro<sup>24</sup> de um espetáculo de dança, de um momento feliz de esquecimento do mundo e de imersão na música.

Essa imagem estabelece uma simbiose entre um sujeito (homem), ser alheio àquela cultura<sup>25</sup> (tango), não pertence aquele rito. Como mencionado anteriormente, o modo como ele está vestido permite dizer que ele não faz parte desse rito: a cultura da dança de tango. A imagem está disposta de maneira que provoca um efeito global entre as pessoas reais e o público fictício, entre o que é próprio da cultura local (o tango) com o que é estranho (o homem), neste momento da ideia de uma diluição entre o “eu” e o “outro”, de uma associação de dois sujeitos estranhos em convivência harmoniosa.

---

<sup>23</sup> Esse, como os demais banners da campanha publicitária, foram por mim nomeados.

<sup>24</sup> Aqui entendido como uma tentativa de aparentar, de simular algo.

<sup>25</sup> Cultura é aqui tratada de acordo com a ciência antropológica como aquilo que identifica determinado grupo social.





Figura 3 – Banner do HSBC: “As mesclas”

Na Figura 3, é possível dizer que há uma mulher com roupas simples, pele bronzeada, carregando no ombro uma peça de artesanato. A peça esconde o rosto da mulher que o carrega. Ferreira (2006, p. 172) salienta que “os sujeitos operam pela/em linguagem pela voz, por um corpo e pela face com seus traços identificadores”. Nessa imagem constata-se a presença de um sujeito sem face, e por isso não possui traços identificadores. A autora ainda menciona que a globalização caracteriza-se por um sujeito da “corporeidade invisível - sem voz, sem face e sem corpo” (ibid., p.172). Essa imagem nos dá a idéia de demarcação cultural, de culturas que se caracterizam pela realização do trabalho artesanal. São sujeitos sem voz, pois encontram-se em nível social desprestigiado na sociedade, sem face, pois a mesma é escondida por uma obra artesanal. Sem corpo, esse aspecto ainda é presente de forma que promove uma fusão da obra artesanal com o corpo. O corpo aqui é necessário, já que é ele o principal atuante no trabalho manual.

Um rosto, uma face, uma identidade que não é mostrada, mas que ao mesmo tempo é substituída por uma peça de artesanato e se funde com a imagem do sujeito. É a representação de um não-limite, a imagem se complementa com o slogan da campanha publicitária, “imagine um mundo sin fronteras”. Sujeitos da “corporeidade invisível” realizam trabalhos manuais, diga-se que é uma prática bastante remota, porém ainda muitos povos se caracterizam por isso. Muitos trabalhos realizados com tamanhas dificuldades, em um mundo globalizado, tornam-se peças de grande valor. A instituição financeira pode promover essa facilidade de adquirir algo, talvez produzido em lugares distantes, e ainda auxiliar financeiramente nas formas de adquiri-lo.



Figura 4 – Banner do HSBS: “a liberdade”

Na Figura 4, vê-se um homem com um tapete nas mãos, que também representa algo feito artesanalmente, e sua expressão facial transmite felicidade e satisfação. Pelo cenário de fundo ele parece ter chegado a um local de grande altitude. É possível fazer uma analogia aos momentos em que pessoas foram a locais nunca antes habitados, em que normalmente deixam nos locais uma bandeira representando a nacionalidade dessas pessoas.

Essa imagem representa uma superação de limites, nos dá a ideia de que não há limites a serem alcançados, a sensação de liberdade que nos é passada pela imagem retoma o que mencionei anteriormente. O homem não deixará neste local a bandeira de seu país, mas parece deixar um tapete artesanal, o que não representa a sua nacionalidade, mas costumes e marcas culturais.

Essa imagem remete também aos tapetes egípcios que diziam serem encantados e por isso voavam. O homem transmite a sensação de liberdade, de que ele pode voar, metaforicamente, pois pode ter sonhos e realizá-los. A campanha publicitária busca persuadir seu público proporcionando a eles a realização de seus sonhos, provocando a ilusão de uma facilidade econômica que não está disponível como aparenta.

Um olhar superficial para as imagens já permite mencionar inúmeras questões. Porém, o que é possível dizer da relação da imagem e o enunciado produzido pela campanha publicitária “Imagine un mundo sin fronteras”? Na verdade, se imaginarmos um mundo sem fronteiras, não seria perceptível ao ver a imagem dizer que se trata de caracterizar outra cultura, outros costumes, e mais que isso, se não houvesse a fronteira,

tampouco haveria existido esse processo, o qual chamamos de globalização, para facilitar as relações internacionais. A instituição financeira tem o objetivo de representar, antes de tudo que, a pesar das fronteiras ela pode estar presente em qualquer lugar e momento para auxiliar seus clientes.

Nos sentidos que têm sido atribuídos a essas imagens, especificamente por fazerem de uma campanha publicitária, a fronteira é algo de caráter prático, e não é vista como um empecilho, ao contrário, transpõe a idéia que não há fronteiras entre as diferentes culturas, línguas, costumes, etnias, pois existe a facilitação financeira promovida pela globalização. A publicidade quer introduzir noções de que as fronteiras são apagadas pelo viés da economia no giro de capital financeiro, e que a existência das fronteiras existe somente em instância judicial, pois a mobilidade entre povos e culturas é proporcionada pela instituição financeira.

É possível dizer que quando nos deparamos em um país no departamento responsável pelas migrações, e encontramos campanhas publicitárias de uma instituição financeira que possuem como tema “imagine um mundo sin fronteras”, que a fronteira não é um empecilho, pois as tecnologias, os efeitos da globalização no mundo, permitem que esses obstáculos sejam minimizados, parecendo quase imperceptíveis para turistas e viajantes em geral. Porém, há que salientar também, como tratado no início deste trabalho, a globalização não alcança a todos. Essa minimização das fronteiras só acontece para certa camada da população que pode desfrutar dos seus efeitos, pois para grande parte das pessoas isso não é possível, principalmente quando se trata de países que possuem grande parte da população de baixa renda.

### **Discurso nacional sobre a “fronteira”**

Para problematizar a fronteira em âmbito nacional, será feito uso do decreto que regulamenta as relações fronteiriças entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Embora o Brasil possua fronteiras com diversos países, neste trabalho direcionarei o foco somente para as fronteiras entre Brasil e Uruguai pelo fato que tratar de todas as fronteiras brasileiras demandaria um trabalho extenso, e aqui não haveria espaço para isso.

O decreto em vigor entre ambos os países consiste em regulamentar a permanência de estudo e trabalho a fronteiriços, tanto brasileiros como uruguaios, entrando em vigor em 14 de abril de 2004. Esse acordo visa promover entre as populações residentes em áreas fronteiriças uma maior possibilidade de locomoção, já

que antes as populações fronteiriças se valiam da mesma regulação jurídica vigente para a população residente em qualquer outra parte dos dois Estados.

Este decreto inicia-se pela seguinte menção:

“Considerando os históricos laços de fraterna amizade existentes entre as duas Nações; Reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração de suas populações; Reafirmando o desejo de acordar soluções comuns com vistas ao fortalecimento do processo de integração entre as Partes; Destacando a importância de contemplar tais soluções em instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum, como a circulação de pessoas e o controle migratório; Resolvem celebrar um Acordo para permissão de ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteiro a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças, nos termos que se seguem.”

Em um primeiro momento, este acordo demonstra ser uma iniciativa que visa priorizar a população, já que essa passava por dificuldades burocráticas que envolvem questões simples e corriqueiras. Apresenta-se em um discurso preocupado com os laços de amizade entre as população que vivem pacificamente, e com isso, então a necessidade de proporcionar a essas pessoas um documento específico de fronteiro.

No seguimento desse decreto, logo no I artigo, encontram-se as atribuições de um fronteiro no que se refere à residência, estudo e trabalho. Porém, logo a seguir é mencionado que “a qualidade de fronteiro poderá ser inicialmente outorgada por 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, findo o qual poderá ser concedida por prazo indeterminado, e valerá, em qualquer caso, exclusivamente, nos limites da localidade para a qual foi concedida.”

Ainda que o documento possa ser concedido por prazo indeterminado, essa condição é reservada as questões estabelecidas no artigo IV, em que o mesmo é reservado a apresentar os motivos que poderão acarretar o cancelamento do documento fronteiro. Aponto também, que a qualidade de fronteiro a ser concedida, depende além de condicionais, de um órgão regulador que irá reconhecer ou não a identidade do fronteiro.

O que se pode dizer de um documento que foi criado com o intuito de facilitar o cotidiano dos cidadãos fronteiriços, mas que ao mesmo tempo a aquisição do documento possui inicialmente período determinado e com o cumprimento das normas estabelecidas poderá ser adquirido por período indeterminado? E mais que isso, um documento que a qualquer ocasião de não cumprimento das normas pode ser cancelado?

Os sentidos que podem ser atribuídos ao se fazer uma leitura atenta desse decreto, é que as populações fronteiriças parecem estar ganhando uma “recompensa”, dito metaforicamente. A aquisição do documento de fronteiro não parece apresentar-se como um direito de cidadãos residentes nestas regiões, mas como algo que deve ser conquistado pelo merecimento.

A legislação é colocada sob condicionais jurídicos que deverão ser atendidos. Em contrapartida, uma condição é a própria realidade fronteiriça. Para a aquisição desse direito é necessário, de fato, atender à regras que não consideram que essa condição deveria ser direito de todos. Os condicionais a que as pessoas estão submetidas não apresentam-se por meio de construções gramaticais, como o uso de conjunções condicionais, mas pela construção de sentido que é provocada ao se fazer a leitura. O objetivo aqui é realizar “um estudo semântico discursivo, em que o funcionamento dessas construções interessam para a análise do sentido da sentença” (LIMA,2002, p. 75).

Além da necessidade de mencionar os condicionais estabelecidos pela legislação, ainda proponho pensar a questão do esquecimento da fronteira como trata Silveira (2009), pois ressalta a ambivalência de sentidos entre fronteira e favela, estando as duas em níveis desprivilegiados perante a sociedade. As populações desses locais estão à mercê do esquecimento dos Estados. Não há políticas que privilegiem esses locais, e, quando há, como no caso do decreto analisado, surgem efeitos condicionais em contraponto com a realidade do local. “Enquanto a sociedade fronteiriça é apresentada como o subúrbio da metrópole, onde as lacunas se fazem sentir, a favela se apresenta como um espaço da malha urbana onde o regime de exceção impera” (SILVEIRA, 2009, p.276).

Como se está tratando de trâmites legais que vigoram nos Estados, com enfoque principal ao decreto criado para a região da fronteira, se faz necessário salientar o MERCOSUL como integralizador de fronteiras, já que o mesmo propõe a livre circulação de bens e serviços o que aumentaria o fluxo populacional e proporcionaria maior integração das zonas fronteiriças.

No artigo VIII do mesmo documento, consta um item sobre estímulo a integração “cada uma das Partes poderá ser tolerante quanto ao uso do idioma da outra Parte pelos beneficiários deste Acordo quando se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios dele decorrentes.” Para quem possui breves conhecimentos de uma região fronteiriça sabe que a vida na fronteira apresenta

peculiaridades, traços únicos, situações restritas a esses locais. São povos que vivem pacificamente, e que talvez na vida cotidiana nem lembrem que há um limite que os separa e que existem duas nacionalidades. A língua, os costumes são híbridos, é um espaço completamente heterogêneo e que tem sido esquecido pelos Estados partes. Por isso surge uma inquietação, seria necessário ser tolerante ao idioma do Estado vizinho?

Se pensarmos reflexivamente sobre os sentidos de “ser tolerante ao uso do idioma da outra parte” é possível aludir aos possíveis significados da palavra “tolerar”. Para tanto menciono Marques<sup>26</sup>, no qual expõe sobre o sentido da palavra tolerar para Aristóteles “tolera-se aquilo de que não se gosta, mas que se é obrigado a aceitar e, na melhor das hipóteses, a compreender, para evitar o conflito e a violência”. A definição de tolerância exposta pelo autor é clara, porém me pergunto, é necessário “aceitar” ou “compreender” a língua do outro em um local onde impera a heterogeneidade linguística?

Pode-se dizer precipitadamente que, esse decreto criado com o ensejo de auxiliar as populações residentes nessas regiões, não foi pensado no ato de sua criação por pessoas que conhecem minimamente o cotidiano fronteiriço. Acredito verdadeiramente que a denominação “tolerância” não cabe a esse contexto de fronteira.

### **O discurso regional sobre a “fronteira”**

Para esta análise, farei uso de alguns recortes de entrevistas realizadas com moradores da fronteira Brasil-Uruguai, Santana do Livramento - Rivera, gravadas em áudio e transcritas por Silvia Etel Gutiérrez Botarro em sua tese de doutorado, intitulada “O sujeito pronominal no Português Uruguaio da região fronteiriça Brasil-Uruguai” para a Universidade de São Paulo, 2009. Tais entrevistas foram guiadas por questionários que tinham como objetivo obter dados pessoais do informante e qual relação e atitudes que o mesmo possui com a língua que fala. Para tanto, o roteiro abaixo aparece como norteador dessas entrevistas<sup>27</sup>.

- A integração na fronteira através do trabalho, diversão, arte, educação, esportes, etc.
- O que significa ser fronteiriço, vantagens e desvantagens.
- Forma de vida dos uruguaiois e dos brasileiros.

---

<sup>26</sup> [online], (s\p), disponível em [http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica\\_pedagogia/TOLER%C3%82NCIA%20E%20O%20RESPEITO%20ARIST%C3%93TELES.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/TOLER%C3%82NCIA%20E%20O%20RESPEITO%20ARIST%C3%93TELES.pdf)

<sup>27</sup> Dentre todas as entrevistas foram escolhidas aquelas que expuseram de forma mais clara as questões relacionadas à fronteira.

- Contrabando na fronteira.

A partir de tais entrevistas, é possível levantar algumas questões relacionadas à identidade e alteridade, ressaltando que Orlandi (2009) compreende o sujeito atravessado pela língua e ideologia constituindo-se na/pela linguagem. Nesse sentido é possível dizer que a identidade de um fronteiriço apresenta traços/peculiaridades que se distinguem de sujeitos residentes em outros locais do país.

Aveiro (2006, p. 69) menciona que após a tentativa frustrada do governo brasileiro e uruguaio em dificultar o contato entre as populações fronteiriças “a parceria estratégica entre os dois países foi-se fortalecendo, destacando-se a assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio em 12 de dezembro de 1975.” No entanto, hoje as populações fronteiriças vivem pacificamente resultando aspectos específicos e diferenciados principalmente quando se refere a língua corrente nesses locais. A ênfase que está sendo dada às questões identitárias na fronteira se justifica em virtude de que o sujeito é constituído pela língua, história e ideologia (cf. Orlandi, 2009), portanto há a necessidade de considerar o hibridismo lingüístico/cultural presente nesses locais.

No recorte feito a seguir é possível perceber a presença dessas particularidades existentes.

- “1 Doc: como vocês chamam ao dialeto falado aqui na fronteira?  
2 L2: portunhol  
3 L1: sí...portunhol  
4 Doc: por quê portunhol?  
5 L2: porque é um brasileiro entreberado com um castiano  
6 Doc: e faz tempo que tu fala esse dialeto?  
7 L2: desde que nasí...desde que aprendí a falá  
8 Doc: com quem tu aprendeu a falar o dialeto?  
9 L2: cum meus pais com mía mãe cum meus avô”

Para o entrevistado, há uma mescla linguística resultante de um “brasileiro entreberado”, chamado por ele de “portunhol”, língua essa que vem sendo passada de geração em geração, dos avôs, pais, etc. È por esse viés da fronteira que proponho pensá-la com foco na identidade, pois nesses casos ela é capaz de nulificar processos jurídicos e se resignificar em outra dimensão, “esta dimensão aponta para uma nova reflexão; a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça” (PESAVENTO 2002, p.36).

Considerando as questões de identidade tratadas por Coracini (2007, p.203), o sujeito é entrecruzado por várias línguas e culturas, portanto dizer que maneja melhor

uma língua do que outra está relacionado estritamente ao imaginário do sujeito que acredita ter na plenitude do consciente estas atitudes: “Apesar da ilusão que de instaura no sujeito, a identidade não é inata e nem natural, mas naturalizada através dos processos inconscientes, e permanece sempre incompleta, sempre em processos, sempre em formação”.

No recorte a seguir nota-se a importância do discurso na identidade do sujeito, pois ele permite a inserção em determinado grupo social.

“Doc: que língua vocês acham que é mais útil conhecer aqui na fronteira?  
L1: pra mí é este::el entreberado esse...portunhol...sí  
Doc: por quê?  
L1: porque::... me parece que:: é más...práctico...  
L2: é más práctico em todo momento é más práctico o portunhol  
Doc: por quê é mais práctico?  
L1: como que tá mais al alcance”

É possível perceber a aceitação da necessidade e facilidade de manejar melhor o quem entendem como dialeto, da relação pacífica e harmoniosa que se estabelece entre as línguas nacionais e se fortalecem na criação dessa língua comum a todos, simplificada conhecida como “portunhol”.

Além de ressaltar as questões linguísticas presentes na fronteira, é preciso enfatizar a ocorrência do contrabando, atividade muito comum na fronteira. A seguir nota-se o reconhecimento da população fronteiriça sobre essa atividade ilegal perante a legislação.

“15 Doc: e o que acha do contrabando aqui na fronteira?  
16 L1: ((risos)) mas oia eu pra mim tanto me fas porque é um meio de trabaio que tein pero yo que sei... as pesoa tein que se defender como podem pero... eu ašo que:: pra sacá o contrabando que nós temo aquí que tinham que té feito uma fábrica de trabaio pa as pesoas que fasem ese trabaio”

Percebe-se nitidamente no discurso uma crítica a um sistema governamental falho, que oferece pouca mão-de-obra e ainda tenta impedir o trabalho ilegal. Não há oportunidades de trabalho a todos e tampouco há a liberdade de comercializar livremente entre um país e outro.

A seguir, a entrevistadora pergunta sobre as vantagens de morar na fronteira, e abaixo menciono um excerto da entrevista em que a própria entrevistadora se posiciona sobre as questões fronteiriças (ela que é riverense, mas reside numa capital brasileira distante da fronteira):



“226 Doc: mas nós aqui temos as duas pátria né?... eu me sinto...  
227 L1: as duas patria por iso mesmo  
228 Doc: eu acredito que o fronte\ o ser fronteiriço já é uma nacionalidade  
229 L1: ža iso mesmo  
230 Doc: porque nós somos as duas coisas ... tem momentos que a gente puxa pra la... outros...”

Tomando como base esse excerto, é possível perceber por parte da pesquisadora um reconhecimento da nacionalidade fronteiriça. Considera-se que fronteira não é sinônimo de limite, e essa, caracteriza-se por representar um espaço singular, em que ambas as nacionalidades, línguas e culturas se imbricam e se constituem em algo novo.

Ao sentir as “duas pátrias”, percebe-se o movimento de alteridade, é posicionar-se como sujeito em um local que permite essa transposição de identidades. Reflete uma condição de atravessamento de uma língua e cultura. Se instaura aí um novo território, um local que se constitui por uma história de miscigenação lingüístico\cultural. O “território fronteiriço” (MOTA, 2010, p.21) surge como um espaço impreciso geograficamente, mas é perceptível nas práticas cotidianas locais.

No seguinte excerto, ao entrevistado é perguntado sobre a condição de ser fronteiriço:

“312 Doc: ta bem... e pra ti o que significa ser fronteiriço?  
131 L1: bom ser fronteiriso por uma cuestão de de da palabra mesmo ta relasionado cum a fronteira mais pra mim este::: a mim a fronteira une é uma porta que une y não uma porta que separa só que ela ta sendo muito mal explotada neste momento... eu ašo que cada um ta querendo fasé a y não tão fasendo nada pra que a žente sea auténtico fronteriso.”

No discurso do próprio fronteiriço, nota-se a um posicionamento acerca do que é essa condição. As questões anteriormente apresentadas são perceptíveis no discurso do entrevistado. Embora a fronteira esteja condicionada à legislação que impera sobre os dois Estados, para os cidadãos fronteiriços ela aparece como um novo local, em que há trocas diversas entre as populações de ambos Estados, e ali se instaura o “território fronteiriço”.

### **Breves e parciais conclusões:**

Este trabalho buscou problematizar questões fronteiriças abordadas por diferentes óticas, o que possibilitou uma maior reflexão sobre o tema. Porém, não tenho

a pretensão de propor conclusões sobre este trabalho, porém tecer algumas noções que me parecem importantes salientar depois de entrecruzar conhecimentos de áreas de estudos diferentes, e quiçá, instigar novos questionamentos para futuros trabalhos.

Pensar a fronteira sob um ponto de vista internacional fez proferir questões sobre a mobilidade das fronteiras e dos fluxos populacionais, os quais estão submetidos ao giro do capital financeiro. Essa facilitação comercial proposta, não é acessível a toda população, já que tal facilitação só estará favorável aos que podem recorrer às instituições financeiras e beneficiar-se de seus empreendimentos. Isso quer dizer que a mobilidade das fronteiras internacionais é um tanto quanto ilusória, pois ela não se estende a grande parte da população.

Em instância nacional, foi possível verificar no decreto que rege as relações fronteiriças Brasil-Uruguai, que o mesmo apresenta inúmeras contradições e desconsidera a real situação dos fronteiriços, submetendo-os dessa forma a condicionais que podem favorecê-los dessa situação de fronteira. Müller (2002, p.229) propõe uma questão muito clara sobre as políticas voltadas à fronteira: “Estados que se propõe integracionistas deveriam dar prioridade nas suas análises ao agente local fronteiriço, pois sua vivência pode auxiliar na compreensão do que venha a ser de fato e de direito um processo de integração”.

Para o discurso da fronteira regional, foi possível perceber as relações de irmandade dos povos presentes nos discursos. A vida na fronteira apresenta peculiaridades, traços únicos, situações restritas a esses locais. São povos que vivem pacificamente, e que no “entrebero” do dia-a-dia não percebem que há um limite que os separa, ou melhor dizendo, é um limite que une, a língua, os costumes híbridos, é um espaço completamente heterogêneo e que tem sido historicamente esquecido pelos Estados-Nação.

Embora atualmente haja uma maior atenção para essas regiões de fronteira, as mesmas ainda permanecem como locais desfavorecidos politicamente. O ensino oferecido nas escolas é ofertado de acordo com as políticas educacionais de cada Estado, não há um olhar diferenciado para essas regiões de forma estendida, para pessoas que possuem um “dialecto fronterizo”, assim como propunha Rona. As escolas, no lado brasileiro especialmente, proporcionam o acesso predominante somente à língua nacional do Estado. E surge a pergunta, o que é a língua nacional para sujeitos que vivem em um contexto de línguas de fronteira desde que constituem suas primeiras

expressões orais, e os mesmos reconhecem o “portunhol” como a língua materna e língua corrente no local?

Termina-se por dizer que a fronteira é um local que ainda precisa ser estudado e que merece ter mais destaque perante as políticas dos Estados. “Sentir a fronteira nas suas dicotomias desmistifica a concepção de fronteira simbólica. Ali a vida pulsa, tem suas idiossincrasias” (FERNANDES e STURZA 2007, p. 211).

### **Referências Bibliográficas:**

AVEIRO, Thais Mere Marques. **Relações Brasil-Uruguai: A Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço.** Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2006. Disponível em [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/relações-brasil-uruguai-nova-agenda-cooperação-desenvolvimento-fronteiriço/id/52668081.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/relações-brasil-uruguai-nova-agenda-cooperação-desenvolvimento-fronteiriço/id/52668081.html), acesso em 10\03\2011.

AZEVEDO, Mércia Maria Bacelar Gomes. **Globalização: mundo sem fronteira?** [online] Publicado 1/06/2010 por Mércia Maria Bacelar Gomes de Azevedo em <http://www.webartigos.com>. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/39305/1/Globalizacao-mundo-sem-fronteira/pagina1.html>, acesso em 01\02\2011.

BAUMAN, Zygmunt. **La globalización: Consecuencias humanas.** - 1ª ed. 4ª. reimp.- Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. Traducido por Daniel Zadunaisky, Globalization: The Human Consequences, 1998, Polity Press asociado con Blackwell Publishers, Ltda.

CORACINI, Maria José R.F. Discurso de imigrantes: trabalho de luto e inscrição de si. In: KLEIMAN, Ângela & CAVALCANTI, Marilda (orgs.). **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

FERNANDES, Ivani C. S.; STURZA, Eliana R. A Fronteira como Novo Lugar de Representação do Espanhol no Brasil (2007). p.207-228. In: **Signo & Seña**, nº 20. El español en Brasil. Investigación, enseñanza, políticas. FANJÚL, Adrián Pablo e CELADA, María Teresa(coord.). Universidad de Buenos Aires: Instituto de Lingüística, janeiro de 2009.

FERREIRA, Dina Maria Martins. Espaço da localidade e da globalização: impacto e subjetivação. IN: MAGALHÃES, Isabel; GRIGOLETO, Marisa; CORACINI, Maria José (orgs). **Práticas identitárias: língua e discurso**, São Carlos: Claraluz, 2006. p.171-190

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e pragmática. IN: FONTANA, Mônica; GUIMARÃES, Eduardo. **Introdução às ciências da linguagem – A palavra e a frase.** Campinas, São Paulo: Pontes, 2006. p 115-143.

HAESBART, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, 2007, n° 2, vol. 1. Disponível em <http://www.uff.br/etc>, acesso em 10\10\2010.

LAVVALL, Claci Fátima; SCHRODER, Luciane Thomé. **Um estudo sobre efeitos de sentido produzidos pelos enunciado expostos em pára-choques de caminhões**. 2008. Trabalho resultado de participação no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Turma 2007/2008. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/773-4.pdf>, acesso em 17\05\2011.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. IN: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.27.

LIMA, Elisane Pinto da Silva Machado de. **Se formos fiéis a ele, ele certamente será fiel a nós : a condicionalidade e o discurso religioso da Igreja Universal do Reino de Deus**. Dissertação de mestrado - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. IN: **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, Porto Alegre, 1998. Disponível em <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02diss0106.htm>, acesso em 10\03\2011.

MAIA, Lenine Ribas, PASSAMANI Guilherme Rodrigues. **O Mercosul como uma sociedade: Zygmunt Bauman e sociologia “líquida”**. III Senafe, 2009, Santa Maria. Disponível em [http://w3.ufsm.br/senafe/trabalhos/eixo5/eixo5\\_guilhermerodriguespassamani.pdf](http://w3.ufsm.br/senafe/trabalhos/eixo5/eixo5_guilhermerodriguespassamani.pdf), acesso em 10\03\2011.

MARQUES, Ramiro. A tolerância e o respeito em Aristóteles. [online] Disponível em [http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica\\_pedagogia/TOLER%C3%82NCIA%20E%20O%20RESPEITO%20ARIST%C3%93TELES.pdf](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/TOLER%C3%82NCIA%20E%20O%20RESPEITO%20ARIST%C3%93TELES.pdf), acesso em 17\05\2011.

MOTA, Sara dos Santos. **Línguas, sujeitos e sentidos: O jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

MOTTA, Ana Luiza R. da. **Texto: uma questão de leitura**. Apresentação de trabalho\seminário, IV SEAD, UFRGS, 2009. Disponível em <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/discurso/motta.pdf>, acesso em 10\4\2011.

MÜLLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaço de fronteira: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. IN: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 219-232

NECKEL, Nadia Régia Maffi. Discurso Artístico: o verbal e o não verbal. IN: **X SEDEP – Universidade do Contestado**, 2006, CURITIBANOS. X Seminário de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade do Contestado. Curitiba: SEDEP - Curitiba, 2006. v. 1. p. 2-16.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 8ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Língua e Conhecimento Lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PADOIN, M. M. O espaço fronteiro platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha. IN: **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, 2000, Porto Alegre. Primeira Jornada de História Regional Comparada. Porto Alegre : FEE e PUC/RS, 2000. v. 1. p. 19-19.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. IN: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p.35-39.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Identidade cultural e comunicação de fronteira**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação, 27, 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17243/1/R0522-2.pdf>, acesso em 20\09\2010.

ROSA, Marluza Teresinha da. **Entre uma língua e outra: desdobramentos das designações língua materna e língua estrangeira no discurso do sujeito pesquisador da linguagem**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. **Brasil, mostra tua cara. Ambivalência entre coberturas e favelas na cobertura jornalística sobre periferias**. In: VIII Lusocom, 2009, Lisboa. Anais do VIII Lusocom. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. Disponível em <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/92/69>, acesso em 17\05\2011.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. **Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não verbal**. Comunicação apresentada no 2º Colóquio Latinoamericano de Analistas Del Discurso, La Plata e Buenos Aires, agosto/1997. Acesso em 24\03\2011, disponível em <http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm> . *Ciberlegenda* Número 1, 1998.

STEIMAN, Rebeca. **A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga( Brasil) e Letícia(Colômbia)**. Dissertação mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://fenix2.ufrj.br> , acesso em 20\02\2011.

STURZA, Eliana. R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas**. Uma História das Idéias Linguísticas. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.